

**HISTÓRIA, MEMÓRIA E HISTORIOGRAFIA:
ABORDAGENS SOBRE A INDEPENDÊNCIA NA
REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E
HISTÓRICO DA BAHIA (1894-1923)**

*Maria Aparecida Silva de Sousa**

RESUMO

O artigo discute as relações entre história, memória e historiografia tomando por base os textos publicados na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (RIGHB) sobre a participação da província no processo de Independência do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: *Bahia. História e historiografia. IGHB. Memória.*

Os estudos sobre a crise do Império luso-brasileiro têm tido, nos últimos anos, avanços consideráveis, que propiciam o alargamento das produções que intentam discutir os diversos elementos presentes no processo de formação do Estado e da Nação brasileiros. Essas abordagens, ancoradas em proposições teóricas e metodológicas inovadoras, possibilitam o aprofundamento das reflexões sobre um período da história do Brasil que, apesar do grande número

* Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Mestre em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: mariacida3@yahoo.com.br.

POLITEIA: Hist. e Soc.	Vitória da Conquista	v. 5	n. 1	p. 177-195	2005
------------------------	----------------------	------	------	------------	------

de trabalhos publicados, segue mobilizando pesquisadores e a eles impoñdo múltiplas questões e desafios.¹

Nessa tentativa de reconstituição dos marcos que assinalaram a construção da nacionalidade brasileira e, mais especificamente, das significações do processo de Independência do Brasil, uma questão que permanece obscura diz respeito ao posicionamento das diversas províncias no decorrer das intensas mudanças que marcaram os anos da década de 1820.

De fato, a despeito das referências circunstanciais sobre as “agitações” políticas verificadas em diversas regiões do reino do Brasil, sobretudo após as decisões, vistas como “recolonizadoras”, tomadas pelas Cortes reunidas em Lisboa, a maior parte da historiografia silencia quanto à dinâmica da luta política travada fora dos espaços consagrados como os principais palcos daqueles acontecimentos. Em decorrência, a Independência é interpretada como um episódio que, em grande medida, demarcou a unidade nacional a partir de um evento datado: o 7 de setembro de 1822.

Por esse enfoque, toda a trama histórica resultante das complexas relações no interior da sociedade colonial e entre essa e a metrópole, ao longo de mais de três séculos de colonização, é condensada em uma explicação que apreende a separação política entre Brasil e Portugal como derivação final de um conflito no qual o desenvolvimento econômico e político do Brasil aparece como a contradição fundamental para o rompimento.

Mais do que isso, a solução encontrada pelas elites brasileiras para consolidar o seu projeto político e econômico passava pela adesão em torno do príncipe regente contra as decisões oriundas de Portugal no início da década de 1820. Esta articulação teria sido projetada e direcionada por protagonistas situados principalmente nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, que possuíam uma ampla visão sobre as perspectivas futuras de um governo monárquico constitucional. Dessa maneira, os violentos processos políticos das demais províncias são incorporados em uma posição unificadora que teria resultado na criação de uma nova e grandiosa nação no continente americano a partir da proclamação da Independência, em 1822.²

¹ Sobre as pesquisas mais recentes que têm suscitado instigantes reflexões acerca da formação da identidade nacional brasileira, ver Jancsó (2003, 2005).

² Para uma discussão crítica sobre as interpretações clássicas acerca da Independência e o surgimento da nação brasileira, ver Oliveira (1995). Uma boa análise sobre a historiografia da Independência encontra-se em Costa (2005).

Analisar os meandros da construção histórica dessa data como marco fundador da nacionalidade brasileira requer um exame minucioso não apenas das fontes documentais que buscam atestar a veracidade do acontecimento, como também das interpretações historiográficas que, por anos a fio, reproduziram e popularizaram a memória histórica do Grito do Ipiranga como o sinal demarcador da construção da nação brasileira (LYRA, 1995; OLIVEIRA, 1992, 1995, 2005). Considerando essa formulação, é possível suscitar a hipótese de que uma investigação fundamentada na dinâmica das províncias situadas fora do eixo Rio–São Paulo pode apresentar elementos que propiciem uma nova compreensão sobre a complexa trama da formação do Brasil-nação e, mais particularmente, sobre a fragmentação do reino luso-brasileiro numa perspectiva regional.

Assim, ao examinar o conteúdo da **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia** referente ao processo de Independência do Brasil, este artigo intenta verificar a construção da história/memória regional segundo os registros publicados nesse periódico desde fins do século XIX até o ano de 1923, momento de comemoração do centenário da guerra de Independência na Bahia, identificando as discordâncias com as interpretações mais amplas sobre o tema e a formulação de uma versão particular acerca dos acontecimentos políticos do período.

O INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA: A CONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA E DA MEMÓRIA REGIONAL

Felizmente, para honra e glória da Bahia, o IGHB continua a ser o melhor cenáculo de suas memórias veneráveis, investigando-lhe o passado memorável, dissipando dúvidas e incertezas, clareando com a luz intensa da verdade os tempos de antanho.³

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), ainda que, como se verá adiante, fortemente marcado por especificidades regionais, esteve vinculado, quando de sua fundação, em 1894, aos objetivos que assinalaram a instalação do pioneiro Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) na primeira metade do século XIX.

³ Discurso proferido por Bernardino José de Souza. **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 48, Salvador, setembro de 1923, p. 373 (doravante **RIGHB**).

Sediado na corte, o IHGB foi instituído em 1838 com um papel bastante definido, qual seja, produzir uma história para a nascente nação brasileira que fosse capaz de romper com o passado ibérico colonial e forjar uma identidade nacional de acordo com os estudos produzidos por um grupo de associados, oriundo das principais carreiras intelectuais do período, além de, sob a proteção do Imperador Pedro II, buscar a formulação e divulgação de um saber oficial. Por meio da revista do instituto, os estudiosos e seus diversos interlocutores, dentro e fora do país, tiveram participação fundamental nos debates historiográficos mais candentes da época (GUIMARÃES, 1988; WEHLING, 1989; SCHWARCZ, 1993).

Como salienta Manoel Luiz Salgado Guimarães (1988, p. 1), o século XIX é crucial para um novo estatuto da História: “no palco europeu, onde desde o início do século este desenvolvimento é observável, percebe-se claramente que o pensar a história articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque”. Segundo o autor, no Brasil, o espaço de produção historiográfica, ainda que ancorado ao modelo europeu, por muito tempo permanecerá com uma forte marca elitista e desempenhará papel importante nas interpretações sobre a questão nacional. O surgimento do IHGB, portanto, se insere, por um lado, no contexto externo de reivindicação do estatuto científico da História e, por outro lado, no processo interno de gestação de um projeto nacional que demandava pensar a Nação brasileira como portadora da idéia de civilização e de progresso.

Nesse aspecto, torna-se bastante significativo o estudo dos debates e dos trabalhos produzidos pelos membros dessas entidades para apreender não somente a concepção de nação veiculada nas páginas de suas revistas, como também a própria formulação e construção da história e da memória nacionais, amparadas na defesa de uma pretensa objetividade do conhecimento histórico.

Por muito tempo, o IHGB exerceu papel exclusivo na coleta, sistematização, elaboração e divulgação da história nacional, inclusive promovendo concursos sobre a melhor forma de se escrever a história do Brasil, inspirando os órgãos congêneres que surgiriam posteriormente. Ao que parece, o seu monopólio somente foi quebrado com a criação do Instituto Histórico Provincial da Bahia, em 1856, que, todavia, desapareceu pouco tempo

depois sem deixar maiores vestígios. Talvez, em função disso, alguns estudos indiquem, de maneira equivocada, que o segundo instituto de pesquisa histórica criado no país e o primeiro do Nordeste teria sido o Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, em 1862 (SCHWARCZ, 1993; CALLARI, 2001).

Mesmo o IHGB servindo como modelo aos demais institutos – desde a definição da concepção geral de cada órgão até a estrutura interna de suas revistas –, as instituições locais conservaram as suas especificidades no que diz respeito à ênfase na história local/regional pautada pela afirmação da importância da província/Estado na formulação da história nacional. Este é um aspecto importante quando se levam em consideração os nexos definidores da história do Brasil, tendo em vista que os marcos fundadores da nação diferenciam-se conforme o lugar em que se constrói o saber histórico. Em outras palavras, se, para o IHGB, o momento crucial de nascimento da nação brasileira havia sido a Proclamação da Independência em 7 de setembro, para o instituto de Pernambuco, o momento de afirmação da identidade nacional fora a expulsão dos holandeses, assim como, para o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a Independência do Brasil somente teria sido consolidada com a vitória dos aguerridos baianos sobre as tropas portuguesas em 1823. Essas posições demarcam rupturas na proposição de uma história nacional criada pelas formulações dos indivíduos reunidos em torno do IHGB. A rigor, o surgimento dos órgãos regionais se constituiu justamente em uma tentativa de romper com o domínio da visão de história do Brasil alicerçada pelos intelectuais do Rio de Janeiro e considerada, no dizer de um dos editores da Revista do IGH da Bahia, “extremamente parcial”.

O ponto fundamental é que, ao se posicionarem contrários à concepção da história nacional formulada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, cujo conteúdo possuía um forte viés centralizador, os pesquisadores regionais consagraram novos mitos, representações simbólicas e um saber histórico que se destinavam a demarcar o que deveria ser rememorado e a excluir da memória o que precisava ser esquecido, invertendo, desse modo, a relação do estudioso com o objeto do conhecimento histórico. A percepção dessa estreita imbricação remete para a vigilância constante do historiador – no que se refere à natureza das fontes documentais na construção da memória – em seu processo de investigação, o que, certamente, se constitui num imenso desafio

para quem se dedica a compreender as perigosas ligações entre a política e a prática historiográfica.⁴

Nesse sentido, uma análise mais aprofundada sobre as posições assumidas pelos redatores da revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia – que, a despeito de tratarem sobre questões diversas envolvendo aspectos geográficos, etnográficos, antropológicos da região, acentuaram as abordagens históricas com ênfase, sobretudo na política do período imperial – deveria identificar os membros da entidade, situando-os no contexto socioeconômico e político do estado. Tal procedimento nos ajudaria a perceber, com maior clareza, a construção do saber histórico como um processo de disputa e conflito que não se dissociava de outros confrontos em que estavam enredados os associados do IGHB. Todavia, ainda que não apresentemos esta confrontação no espaço deste artigo, o exame das matérias publicadas pelo periódico, especificamente as que se referem à Independência, possibilita verificar as questões mais essenciais que mobilizaram os estudiosos locais e a linha discursiva assumida pelo Instituto que, por um longo período, atuou decisivamente junto à sociedade baiana, afirmando-se como um espaço de debate, elaboração e divulgação do conhecimento sobre a história da Bahia.

Quando, em fins do oitocentos, parte da intelectualidade baiana, notadamente da capital, decidiu pela criação do IGHB, já possuía os referenciais do antigo Instituto Histórico Provincial instalado dezoito anos após o surgimento do IHGB. Para os membros do IGHB, a decisão de incluir o estado no rol das produções históricas locais se justificava, entre outras questões, pela admirável florescência científica presenciada na virada do século e pela incongruência de a Bahia, “cuja história é a história da nacionalidade brasileira”, se encontrar na retaguarda dos demais estados brasileiros, muitos dos quais com seus institutos já organizados.

A reunião que efetivou o início das atividades da agremiação ocorreu no dia 13 de maio de 1894, com participação expressiva da sociedade local e sob os aplausos de boa parte da imprensa de Salvador.⁵ A leitura da ata de

⁴ Sobre a construção da história e da memória e seus vínculos com a política, ver Vesentini (1997); Le Goff (1994); Bosi (2003); Oliveira (1992, 1995, 2005); Lyra (1995).

⁵ Várias matérias divulgando a proposta de criação do órgão, bem como as congratulações após a sua efetivação, foram reproduzidas na primeira edição da revista do IGHB, transmitindo o amplo apoio recebido pelos proponentes por parte da imprensa local. Para o *Diário da Bahia* (1894), um dos maiores entusiastas da fundação do instituto, “Será ele [o IGHB], acolhido com as melhores simpatias pelos amigos dos estudos da nossa história pátria, que poderá [...] fecundar a educação da mocidade baiana, a quem todos devemos o concurso de nosso patriotismo”. **RIGHB**, ano I, n. 1, v. 1, Salvador, setembro de 1894, p. 9. Segundo Luis Henrique Dias Tavares, o *Diário da Bahia* era o jornal dos liberais na

fundação indica que as discussões iniciais sobre a natureza do órgão não foram totalmente consensuais. Na ocasião, um dos organizadores do evento, o frade Francisco da Natividade Carneiro da Cunha, “declarando falar em nome dos mortos [...] propôs que a nova associação fosse considerada restauradora ou reorganizadora do antigo instituto”.⁶ A proposta foi imediatamente contestada por alguns dos presentes sob o argumento de que a entidade anterior não havia deixado qualquer vestígio e, portanto, não se poderia dar continuidade ao que não havia existido.

Mesmo tendo sido acatada a proposta da originalidade, algumas pesquisas sobre o antigo Instituto Provincial foram produzidas por membros do IGHB, resultando na publicação de artigos em que se buscava recuperar aspectos da curta existência daquela entidade. Por esses artigos, é possível perceber que um dos principais objetivos do antigo órgão era o estudo da história da Bahia, de forma a possibilitar uma composição mais abrangente da história do Brasil. Na concepção dos seus membros, somente “se poderá chegar a uma verdadeira descrição dele [do Brasil] quando cada província seja particularmente descrita e essas diversas narrações possam convergir e organizar-se em uma história geral”.⁷

A idéia de que a história do Brasil fosse o somatório das histórias regionais surge vinculada a uma severa crítica ao papel exercido pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que se propunha a construir uma história do Brasil totalmente ancorada na unidade nacional, desprezando as especificidades regionais. A perspectiva de assinalar a autonomia da agremiação é traduzida pelas palavras publicadas no *Jornal da Bahia* em 3 de maio de 1856, no mesmo dia da instalação do Instituto: “Quando muito fez-se-nos uma concessão graciosa; as províncias podem ter sócios correspondentes. Aceitamo-la até agora, daqui por diante – não”.⁸ Ainda segundo informações publicadas pela revista do IGHB, o periódico do Instituto Provincial começou a circular em outubro de 1863 e desapareceu com a publicação do oitavo fascículo. Infelizmente não são expostos os motivos da extinção do órgão ou mesmo

província, cujo chefe da redação, Manoel Vitorino Pereira, havia sido um defensor do abolicionismo e do federalismo, inspirado no regime norte-americano, tendo assumido o governo do Estado logo após a proclamação da República (LAVARES, 2001). No ato da fundação do IGHB, 64 pessoas assinaram a ata. O instituto foi reconhecido como de utilidade pública pela lei nº 110 de 13 de agosto de 1895.

⁶ **RIGHB**, ano I, n. 1, v. 1, Salvador, setembro de 1894, p. 11.

⁷ **RIGHB**, ano I, n. 1, v. 1, Salvador, setembro de 1894, p. 97.

⁸ Apud **RIGHB**, ano I, n. 1, v. 1, Salvador, setembro de 1894, p. 91.

maiores detalhes sobre a sua produção, o que remete para uma investigação mais ampliada sobre a trajetória desses centros regionais vinculada aos acontecimentos mais abrangentes do Brasil Império e sua atuação na elaboração da história regional.

A presença da província/Estado da Bahia no cenário nacional de meados do século XIX, momento de criação do Instituto Provincial, até o final deste, quando da instalação do IGHB, havia se alterado profundamente. De fato, estudos apontam que a economia da região, ainda que ocupasse lugar de destaque na pauta de exportações, sofreu enorme impacto, a partir da segunda metade do século, com a expansão dos cafezais no centro-sul e as punições legais contra o tráfico de escravos, estabelecidas em 1850, que estimularam o “tráfico interprovincial”. A exploração de diamantes na região das Lavras, após 1840, assim como o incremento da produção de cacau, que provocou o “deslocamento do eixo econômico-agrícola do Recôncavo para o Sul”, não foi suficiente para evitar a crise de produção e comercialização instalada na década de 1870 (PINHO, 1985, p. 289).

Da mesma maneira, a dinâmica política vivenciada pela província na primeira metade do século, na qual os acontecimentos verificados nos anos de 1820-1830 ocupam lugar central, parece ter refluído no momento em que o país discute e adota o regime republicano. A efervescência política da Bahia nos primeiros anos após a proclamação da Independência pode ser verificada pela sua representação expressiva nas instâncias decisórias do Império do Brasil, bem como no parlamento.

Em vinte gabinetes ministeriais organizados desde a Independência até 1856, só em oito (1832, 1836, 1839, 1840, 1848) deixou a Bahia de figurar, por algum ou alguns de seus ilustres políticos. Gabinetes houve de três e até quatro. Longa e luzida lista: - os Marqueses – de Caravelas (6 vezes), de Abrantes (3 vezes), de Inhambupe (2 vezes), de Nazaré, de Santo Amaro, de Monte Alegre, de Muritiba; os Viscondes – de Macaé (2 vezes), de Cachoeira, de Cabo Frio (1^o), de Caravelas (Alves Branco), de Jequitinhonha, de S. Lourenço, de Rio Branco; os Barões – de Cairu (2 vezes) e Cotegipe. E Manuel Antônio Galvão (2 vezes), José Lino Coutinho, Ramiro Coelho, Zacarias, Nabuco; os Viscondes de Caravelas e Macaé, presidentes do Conselho. Os Marqueses de Caravelas e Monte Alegre, regentes em triunviratos (PINHO, 1985, p. 302).⁹

⁹ Conforme registra o autor, dessa presença no cenário político resultaria, para a Bahia, o título de “Virgínia brasileira”.

Esse período será reiteradamente rememorado nas páginas da revista do Instituto Geográfico e Histórico, como se o retorno ao passado pudesse revigorar a geração presente ou, ainda, “como um mecanismo de defesa histórico, justamente para evitar, prevenir o novo que assusta” (MATOS, 1992, p. 151). O olhar dos seus membros está inteiramente voltado para trás e não para os acontecimentos recentes do país. As palavras publicadas pelo *Jornal da Bahia* e reproduzidas nas páginas da revista corroboram essa proposição: “Há necessidade de uma História da Bahia, assim como de um grande espelho em que se mire o presente, para seguir com mais segurança o caminho do desconhecido. A história é o bordão que guia o homem, assim como a humanidade”.¹⁰

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA PELO IGHB: A HISTÓRIA COMO APRENDIZADO

Acalenta-te, ó menino, dorme já, para crescer; o Brazil precisa filhos;
Independência ou morrer!”¹¹

A concepção de História adotada pelos membros dos institutos históricos possuía uma íntima ligação com as mudanças do estatuto da História verificadas nos países europeus e que buscavam conciliar o discurso historiográfico e as idéias do nacionalismo. O exame dos artigos publicados na revista do IGHB, no período analisado, demonstra uma forte tendência para recuperar temas do passado histórico da Bahia que identificassem o lugar ocupado pela região na história do Brasil, com ênfase na história do Império, ao lado de assuntos variados sobre a questão indígena, religião, língua, biografias e aspectos da geografia física, incluindo longas discussões sobre os problemas de limites de fronteiras entre a Bahia e Pernambuco e a Bahia e o Espírito Santo.

Os integrantes do IGHB responsáveis pela maior parte dos artigos relacionados à história, com destaque para Braz do Amaral, Francisco Borges de Barros e Manoel Querino, adotavam uma metodologia assentada na visão da cientificidade da história, conferida por sua base documental – o que

¹⁰ Apud **RIGHB**, ano I, n. 1, v. 1, Salvador, setembro de 1894, p. 92-93. Maria de Lourdes Janotti ressalta que os colaboradores da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não retrataram as mudanças político-econômicas e sociais ocorridas no país na década de 1880. Segundo afirma: “os anos de 1888 e 1889 não se fizeram sentir na Revista, nem uma só vez a palavra Abolição ou República” (JANOTTI, 1977, p. 18).

¹¹ DÓRIA, Franklin Américo de Menezes. A guerra da Independência na Bahia. **RIGHB**, n. 46, v. XXVII, Salvador, 1920, p. 279.

pressupunha a admissão da veracidade dos acontecimentos relatados por esta documentação. A revista do instituto servirá como meio de divulgação não apenas dos estudos realizados pelos seus pesquisadores, como também de inúmeros documentos sobre a história da Bahia, em particular referentes ao período da Independência. A abrangência dos temas que deveriam ser investigados buscava dar conta dos inúmeros aspectos resultantes da longa trajetória do povo baiano, a partir do descobrimento do Brasil e em direção à civilização, ao progresso, ao aperfeiçoamento. Este é o objetivo do IGHB, conforme está registrado na abertura do primeiro número do seu periódico em sua segunda fase:

Estudar a história de um povo ou nacionalidade, não é simplesmente buscar deleite na rememoração e renome de suas façanhas e glórias, ou enlutar e abater o espírito na contemplação de suas desgraças e de seus infortúnios; é antes de tudo mergulhar a vista de filósofo nessas sombras do passado, e ressuscitar daí homens e coisas, famílias e raças, usos e costumes, artes e indústrias, solos e crimes, fatos físicos e acontecimentos sociais para tirar desse misterioso conjunto de fenômenos os grandes sentimentos morais, sobre os quais devem assentar os destinos da humanidade. Estudar assim o passado de um povo é preparar a sua futura história, moldada nas leis do verdadeiro progresso e aperfeiçoamento humano.¹²

Mas a mesma concepção pode ser encontrada nas páginas do periódico do Instituto Provincial Histórico, em outubro de 1863:

É pois, por ela, pela história, que o espírito humano caminha nessa marcha incessante, pela qual chegará, sem dúvida, ao último grau de aperfeiçoamento, porque a história abrange todos os conhecimentos humanos; porque todos os conhecimentos humanos são da história.¹³

Nessa perspectiva da história como grande mestra, o IGHB irá buscar os exemplos do passado que pudessem solidificar o sentimento patriótico. Ao mesmo tempo, os estudos do instituto transmitem a idéia de que as mudanças históricas se processam em uma linha contínua, evolutiva, na qual as “rupturas” se dariam apenas para reafirmar os períodos anteriores e justificar

¹² **RIGHB**, n. 46, v. XXVII, Salvador, 1920, p. 4-5. Segundo os seus membros, para promover a recuperação da história baiana, o IGHB “coligirá e estudará, para arquivar e publicar, as tradições e documentos que puder obter, concernentes à geografia e à história, à arqueologia, à etnografia, às línguas indígenas do Brasil, especialmente deste Estado”.

¹³ Apud **RIGHB**, n. 46, v. XXVII, Salvador, 1920, p. 95.

o encadeamento dos fatos. Nesse ponto, a ênfase é dada ao período considerado de maior glória para o povo baiano: a resistência da província durante a guerra civil entre portugueses e brasileiros nas lutas pela Independência do Brasil no decorrer dos anos de 1822-1823.¹⁴

Do período de 1894 a 1923, quase todos os números da revista do instituto trazem alguma referência à Independência e uma boa parte deles reproduz documentos relacionados ao tema. O foco central é o papel desempenhado pela Vila de Cachoeira que, durante a guerra, sediou o Conselho Interino de Governo, instalado em setembro de 1822, e foi responsável pela articulação das forças contrárias à permanência das tropas portuguesas na capital. Atas das câmaras de algumas vilas do Recôncavo e do próprio conselho, correspondência mantida entre esse órgão e a corte do Rio de Janeiro – como também com as vilas do interior da província –, documentos que atestam a aclamação de D. Pedro I pelas câmaras do interior procuram dar conta do entusiasmo da população baiana no confronto com as tropas “anti-brasílicas” reconstituindo parte do cenário da guerra que durou pouco mais de um ano.

A leitura dos articulistas da revista sobre o período reduz a dinâmica dos conflitos políticos às divergências entre baianos, defensores do governo comandado pelo príncipe regente e da emancipação política, e portugueses, cumpridores das ordens enviadas pelas Cortes Portuguesas e contrários à Independência do Brasil. Esta interpretação, incorporada pela maior parte dos estudos dedicados à história da Bahia, simplifica a análise sobre a dimensão da luta política que se processou no interior da província e provocou enorme prejuízo na compreensão dos processos de ruptura e de articulação das forças políticas numa perspectiva de maior abrangência, conforme vêm demonstrando pesquisas mais recentes sobre o tema (WISIAK, 2001; SOUZA FILHO, 2003).

Além disso, o palco da luta e da dinâmica dos acontecimentos concentra-se exclusivamente no Recôncavo e na capital. Despreza-se completamente o envolvimento das vilas interioranas, ainda que se possam ler, nas entrelinhas dos documentos divulgados, a extensão e a complexidade das questões políticas do período. Em variados momentos, o Conselho refere-se às dificuldades

¹⁴ Sobre o processo de Independência do Brasil na Bahia, ver Cerqueira e Silva (1919-1931); Amaral (1957); Tavares (2001).

em articular, de maneira consensual, as suas posições políticas com as de algumas vilas do interior, demandando, por vezes, a intervenção do ministro do Império, José Bonifácio de Andrada e Silva, que solicitava a união das câmaras, sobretudo de Caetité e da comarca de Jacobina, ao governo de Cachoeira.¹⁵

Assim, a documentação produzida pelo Conselho Interino aponta algumas pistas sobre a percepção dos protagonistas acerca da crise das estruturas de poder e das perspectivas para a sua superação. O apelo ao sentimento patriótico ressaltava a importância da defesa dos interesses comuns em situações de conflito da *pátria*. Dessa maneira, a falência de um modelo emancipador com base na “nação luso-brasílica” remetia para a construção da “nação brasileira”, implicando no esforço de identificação dos habitantes no novo Estado-Nação que estava para ser constituído. A conformação desse novo pacto político revela que os conflitos não se encerraram com o desfecho da guerra em julho de 1823 e que o processo de Independência não resultou de uma articulação consensual no interior da província.

Com efeito, as décadas de 1820-1830 significaram para a Bahia um período de intensa agitação. Em um levantamento preliminar, incluindo apenas Salvador e o Recôncavo, registra-se, entre os anos de 1824 e 1838, a ocorrência de revoltas, motins, rebeliões, manifestações protagonizadas por civis livres, soldados, escravos e libertos, a cada ano, evidenciando um cenário de crescente tensão e instabilidade (REIS, 1976, 2003). É possível supor que esse quadro social, econômico e político da Bahia repercutiu nas decisões tomadas pelos grupos políticos que articularam o controle da província no processo de emergência do Estado nacional.

Entretanto, uma leitura diferenciada sobre os conflitos políticos na Bahia no decorrer da guerra de Independência, de acordo com documentos e artigos publicados na revista do IGHB, torna-se possível na medida em que se recusa uma tradição histórica na qual a dimensão da luta política não aparece claramente. Por outro lado, não se pode perder de vista que, ao abdicar de uma versão da Independência consagrada dos feitos de homens políticos situados no centro-sul, o IGHB produziu os seus próprios mitos e representações.

Nesse sentido, é interessante observar que o 7 de setembro, consagrado posteriormente como a data da Proclamação da Independência do Brasil, foi, na Bahia, subordinado ao 2 de julho, data de expulsão das tropas

¹⁵ Para uma análise dessas divergências, ver Souza Filho (2003).

portuguesas de Salvador. Em alguns artigos, o 7 de setembro sequer é mencionado, transparecendo a convicção de que o 2 de julho não apenas deveria ser significativo para a população baiana, mas mereceria figurar como referência de um dos principais acontecimentos nacionais, pois que a Independência do Brasil somente foi consolidada nesta data.

Em setembro de 1895, o quinto número da revista trouxe informações detalhadas das celebrações do 2 de julho, inclusive a movimentação em torno da inauguração do monumento erguido “aos heróis da Independência do Brasil”. Desfile, discursos proferidos pelas principais autoridades civis, eclesiásticas e militares, presença significativa da população na rua acompanhando os festejos integram a descrição do evento no periódico: “O povo baiano, que para a comemoração do fato histórico que lembra a data – 2 de julho – do dia em que até o sol é brasileiro, levantou-se sempre ufano dos feitos dos nossos antepassados”.¹⁶

O tom dos discursos é o realce do patriotismo, do heroísmo, da abnegação daqueles que lutaram pela libertação do Brasil. O monumento corporifica “a solidificação da memória egrégia de todos os seus heróis, a consagração de todos os seus feitos de patriotismo e de valor”, nas palavras do presidente da comissão encarregada pela execução da obra.¹⁷ Em algumas passagens da publicação nota-se a descrição do monumento como uma representação verossímil do “fato histórico” – o 2 de julho – já inteiramente conhecido e interpretado.

Aqui neste Estado foi onde a luta tornou-se mais gigantesca, e para onde convergiram os recursos que a metrópole ativamente expedia para a segurança da sua colônia da América. Ao cabo dessa luta desigual [...], o exército inimigo entrega-se ao patriotismo vencedor.

Desse dia irrompe a nacionalidade brasileira livre do jugo colonial, tomando lugar entre suas irmãs que já haviam quebrado os elos europeus. **É, portanto, o dois de julho a principal data histórica da vida política brasileira**, sem excluir aquela outra eloquentíssima, em que o braço pernambucano, dois séculos antes repelindo o domínio holandês, afirmou categoricamente os brios e a pujança do povo americano.¹⁸

A reconstituição daquele acontecimento ocorrido há muitos anos e nesse momento simbolizado pela escultura que dignificava a memória dos “heróis da Independência” parece não deixar dúvidas quanto à historicidade

¹⁶ RIGHB, Ano II, n. 5, 1895, p. 228. O monumento, inaugurado no dia 2 de julho de 1895, encontra-se na Praça do Campo Grande, em Salvador-Bahia.

¹⁷ RIGHB, Ano II, n. 5, 1895, p. 228.

¹⁸ RIGHB, Ano II, n. 5, 1895, p. 228 (grifo nosso).

do episódio. A própria festa de consagração da escultura se constitui também em um acontecimento digno de figurar nas páginas da revista “para consigná-la como um fato”. Tempos depois, na comemoração do centenário da Independência na Bahia, em Cachoeira, o secretário do IGHB, Bernadino José de Souza, ressaltaria o papel desempenhado pela cidade durante a guerra. Em sua interpretação, esse acontecimento constituía-se em dado irrefutável:

Bendita sejas, terra nobilíssima: a tua glória é incontestada e eterna: o processo histórico, com toda a sua irrefutável e precisa documentação, assente na observação direta e no código severo e incontrovertível, já pronunciou a sentença da sua fama imortal.¹⁹

Essas questões remetem para a indagação da própria construção do “fato histórico” e para as estratégias de preservação e rememoração desse fato. Em outras palavras, recordar o passado, ou os eventos significativos que necessitam ser perpetuados e salvos do esquecimento, significa reter marcos e representações cuja definição não escapa de condicionamentos políticos. Nesse sentido, a memória e o esquecimento são freqüentemente objetos de disputa política, e ao historiador cabe distinguir esses nexos (VESENTINI, 1997; LE GOFF, 1994; OLIVEIRA, 1999, 2005; LYRA, 1995).²⁰ Conforme observa Mattos (1992),

identificar-se com o passado não é tão-somente identificar-se com um cadáver insepulto, mas é sobretudo uma maneira de abordar os acontecimentos segundo a qual a consciência confere identidade, permanência e estabilidade aos acontecimentos do passado.

No interior do Instituto, Manoel Querino, um dos membros e autor dos escassos artigos sobre a escravidão e a questão negra no Brasil, em determinado momento expressou seu estranhamento sobre a idolatria do periódico em torno da personagem do general francês Pedro Labatut, contratado por D. Pedro I para comandar as operações de guerra contra as tropas portuguesas que, todavia, havia ocasionado inúmeras desavenças, seja com os seus subordinados, seja com o Conselho Interino de Governo instalado em Cachoeira. Vários documentos foram publicados, em um dos números da revista, sobre a trajetória

¹⁹ **RIGHB**, n. 48, Salvador, 1923, p. 73.

²⁰ Sobre as relações entre a história/memória e a política na obra de Pedro Américo, ver Oliveira (1999).

de Labatut no comando do Exército Pacificador, incluindo as acusações formuladas contra ele e a sua defesa apresentada perante o comando de guerra, em 21 de maio de 1823, quando então foi absolvido. Para Querino, não era justo que o nome do general fosse idolatrado em vista de toda a crueldade que havia cometido em sua estada na Bahia. Inconformado, questiona:

Cogita-se de uma memória a Labatut, e atiram-se no limbo do esquecimento outros bravos de igual ou maior merecimento. Que justiça é essa que levanta a um e despreza os outros? Não tem justificativa essa romaria anual ao túmulo de Labatut sem que sejam prestadas iguais homenagens aos demais batalhadores. Não foi o iniciador, nem lhe coube a glória de terminar a luta.²¹

Esta parece ter sido uma voz isolada no IGHB. Em vários números da revista, é dedicada uma seção às personagens consideradas ilustres no cenário político/econômico da província da Bahia e do Império. Biografias de D. João VI, Visconde de Cairu, coronel Felisberto Gomes Caldeira, Madre Joanna Angélica, Maria Quitéria, entre outros, são elaboradas e, nelas, a trajetória política da personagem destacada aparece completamente desvinculada da complexa trama das circunstâncias históricas que a forjaram.

Quando os habitantes da Bahia, ou mais precisamente do Recôncavo, aparecem nos artigos que analisam a guerra de Independência, são descritos como portadores de uma efervescência patriótica que envolveu a todos, homens, mulheres, jovens, velhos, frades, escravos, vadios: “Desde a primeira fase da luta, o desejo de revindita abrazia todos os corações”. Estas palavras, parte de uma canção com a qual as mães embalavam seus filhos, fornecem, nas palavras de Franklin Américo Dória, a dimensão da adesão popular à libertação da Bahia e aniquilam os conflitos no interior da sociedade baiana potencializados pela guerra civil.²² Se é possível identificar alguma divergência sobre a vila que iniciou a resistência – Cachoeira ou Santo Amaro –, não pairam dúvidas entre os redatores e colaboradores da revista do IGHB quanto ao marco incontestado da fundação da nação brasileira: “Foi na Bahia onde a guerra de Independência se travou primeiro e mais cruenta. O grito do Ipiranga

²¹ **RIGHB**, Anos 1911, 1912, 1913, v. XVIII, n. 37, 38, 39, Salvador, 1913, p. 225. O General Labatut é um dos nomes constantes no monumento em homenagem aos heróis da Independência. Contra ele pesavam inúmeras acusações, inclusive a de ter mandado executar 51 escravos a sangue-frio.

²² **RIGHB**, n. 46, v. XXVII, 1920, p. 279.

– Independência ou morte – foi precedido pelo brado de Cachoeira – Independência ou morrer – repetido na cantilena patriótica”.²³

Em janeiro de 1919, por ocasião da proposta de construção do monumento em São Paulo em comemoração ao centenário da Independência, o arquiteto Roberto Etzel solicitou ao presidente do IGHB que sugerisse a melhor caracterização simbólica da Bahia para figurar na base da obra junto às representações dos demais estados da federação brasileira, como havia projetado em sua proposta a ser encaminhada à comissão responsável pela escolha da melhor concepção estética sobre o tema. Diante da sugestão apresentada por um dos membros do órgão de que o emblema fosse um caboclo ou uma índia cristianizada – o que ocasionou enorme discordância –, foi instituída uma comissão para avaliar a proposta escultórica. Alguns meses depois, o parecer foi lido na sessão do IGHB sintetizando bem a visão do grupo aglutinado no interior do instituto:

Não esqueçamos também que o projetado monumento do Ipiranga é um marco centenário do nosso evoluir como nação americana independente. É o Brasil civilizado e culto, o Brasil livre [...] que ali se comemora após um século de vida autônoma. Um Brasil que evolui, afirmando-se na sua cultura de procedência européia e nos elevados ideais da raça branca. Não é um Brasil índio ou catecúmeno que se vai celebrar. Essas modalidades já passaram, há séculos, como formas transitórias de uma civilização transplantada. O Brasil índio nunca existiu. Dizer Brasil já é dizer civilização, cristianismo nas plagas da América pela ação dos portugueses.²⁴

A sugestão apresentada, e aprovada, é a da representação de uma “mulher baiana dos nossos dias, de procedência européia ou branca”.²⁵ Desse modo, a imagem da Bahia no monumento comemorativo deveria preservar os elementos constitutivos da civilização e do progresso da sociedade local, segundo os padrões europeus, ao mesmo tempo em que eliminava a presença indígena e africana, marcos de um passado colonial que, na concepção de história arraigada entre os membros do IGHB, precisavam ser aniquilados.

Em síntese, os fortes vínculos existentes entre a construção da história, da memória e da historiografia por meio da produção do IGHB que trata da

²³ **RIGHB**, n. 46, v. XXVII, 1920, p. 289.

²⁴ **RIGHB**, n. 45, v. XXVI, 1919, p. 231.

²⁵ O projeto vencedor foi apresentado pelo escultor Ettore Ximenes.

Independência do Brasil na Bahia apontam para a necessidade de compreender o passado e a história como um movimento incessante, complexo e, portanto, sujeito às interpretações movidas pelos desejos e pela dinâmica dos conflitos no presente. No caso específico, o deslocamento do marco da proclamação da Independência do grito do Ipiranga para o 2 de julho evidencia que o estabelecimento dos eixos cronológicos responde a determinados condicionamentos somente perceptíveis em uma análise que ultrapasse os aspectos fenomênicos do processo histórico. Em outras palavras, a produção da memória e do esquecimento se relaciona à projeção do presente sobre o passado, e ao historiador cumpre apreender os efeitos desse processo para a compreensão da história humana.

HISTORY, MEMORY AND HISTORIOGRAPHY: INTERPRETATIONS ON INDEPENDENCE IN THE MAGAZINE OF THE GEOGRAPHIC AND HISTORICAL INSTITUTE OF BAHIA (1894-1923)

ABSTRACT

This paper discusses the relationship between history, memory and historiography on the texts published in the Magazine called Geographic and Historical Institute of Bahia. The paper discusses the participation of the province in the process of the Independence of Brazil.

KEY-WORDS: Bahia. History and Historiography. IGHB. Memory

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, B. do. **História da Independência na Bahia**. 2 ed. Salvador: Progresso, 1957.

BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALLARI, C. R. Os Institutos Históricos: do patronato de D. Pedro II à construção do Tiradentes. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 40, p. 59-83, 2001.

CERQUEIRA E SILVA, I. A. de. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Anotado por Braz do Amaral. v. 2-4. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1919-1931.

COSTA, W. P. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, I. (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005. p. 53-118

GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

JANCSÓ, I. (Org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

_____. (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2005.

JANOTTI, M. de L. M. **João Francisco Lisboa: jornalista e historiador**. São Paulo: Ática, 1977.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Ed. da Unicamp, 1994.

LYRA, M. de L. V. Memória da Independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 173-206, 1995.

MATTOS, O. Memória e História em Walter Benjamin. In: SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. p. 151-156

OLIVEIRA, C. H. de S. Política e memória histórica: Gonçalves Ledo e a questão da “independência”. In: BRESCIANI, M. S. M.; SAMARA, E. de M.; LEWKOWICZ, I. (Orgs.) **Jogos da política**. São Paulo: Anpuh; Marco Zero, 1992. p. 153-169

_____. **A Independência e a construção do Império**. São Paulo: Atual, 1995.

_____. O brado do Ipiranga: apontamentos sobre a obra de Pedro Américo e a configuração da memória da Independência. In: OLIVEIRA, C. H. de S.; MATTOS, C. V. (Orgs.). **O brado do Ipiranga**. São Paulo: Edusp; Museu Paulista; Imprensa Oficial, 1999. p. 63-76.

_____. A data de 7 de setembro e a construção política e histórica de um dos marcos de fundação do Império. Texto inédito apresentado no Seminário Internacional **Brasil: de um Império a outro (1750-1850)**, setembro de 2005.

PINHO, W. A Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, S. B. de (Dir.). **História geral da civilização brasileira**. O Brasil monárquico. 5. ed. São Paulo: Difel, 1985. p. 242-311.

REIS, J. J. A elite baiana face os movimentos sociais, Bahia (1824-1840). **Revista de História**, São Paulo, v. LIV, n. 108, p. 341-384, 1976.

_____. **Rebelião escrava no Brasil**. A história do levante dos malês em 1835. Edição revista e ampliada. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

SCHWARCZ, L. M. Os institutos históricos e geográficos: “Guardiões da história oficial”. In: _____. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 99-140

SOUZA FILHO, A. R. de. **A guerra de Independência na Bahia**: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional (Rio de Contas e Caetité). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

TAVARES, L. H. D. **História da Bahia**. 10 ed. São Paulo: Unesp; Salvador: Edufba, 2001.

VESENTINI, C. A. **A teia do fato**. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica. São Paulo: Hucitec, 1997.

WEHLING, A. (Coord.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado. Rio de Janeiro: IHGB, 1989.

WISIAK, Th. **A “nação partida ao meio”**: tendências políticas na Bahia na crise do Império luso-brasileiro. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.